

O BRICS, o Brasil e a Economia Nacional

JOÃO PAULO URBANO

Após a entrada de novos membros no BRICS, a atuação brasileira no bloco voltou a ser motivo de atenção por parte da mídia nacional e da sociedade brasileira (BRASIL,2023). Depois de 4 anos de uma política externa desastrosa sob a presidência de Jair Bolsonaro, a retomada de uma política externa mais consequente, aliada a iniciativas concretas de cooperação internacional e de integração, comandadas pelo novo governo Lula, parece, à primeira vista, bastante promissora (PAIXÃO, 2023). Nesse contexto, a expansão do BRICS aparece como uma grande oportunidade, caso aproveitada, para ampliação de crédito barato, transferência tecnológica e um reforço para as relações Sul-Sul, com interlocuções intergovernamentais facilitadas, além da possibilidade da manutenção de um alinhamento geopolítico num cenário estrategicamente interessante para o país.

Seriam, de fato, possibilidades animadoras para o cenário brasileiro se excluíssemos da análise os caminhos políticos e econômicos que historicamente a política externa do país tem seguido, uma vez que a diplomacia brasileira atua de forma determinante para a consolidação e manutenção da inserção dependente do país no sistema capitalista internacional (CERVO; BUENO, 2011). Longe de apresentar uma ruptura concreta, o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva parece seguir essa tendência sem maiores alterações. As escolhas políticas e econômicas do Brasil diante das oportunidades oferecidas pelos BRICS, incapazes de buscar superar essas relações de dependência, as reforçam e, portanto, corroboram em larga escala na manutenção de uma economia subdesenvolvida e dependente. Dessa forma, essa análise buscará compreender como a atuação do Brasil diante do BRICS funciona como um reforço da inserção dependente do país e como as perdas de oportunidades para superar ou até mesmo amenizar essa dinâmica impactam substancialmente o potencial emergente da economia brasileira.

As iniciativas brasileiras no BRICS e os limites econômicos

O principal objetivo do BRICS é promover a cooperação econômica entre os países emergentes visando o desenvolvimento nacional e o fortalecimento das relações Sul-Sul. Acordos como o “Acordo Mestre de Extensão de Crédito em Moeda Local” buscam reduzir a dependência financeira do dólar e impulsionar a conversibilidade das moedas do bloco entre os países membros (GONZÁLES, 2015). A própria criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), em 2014, demonstra o interesse do BRICS em buscar alternativas aos investimentos ligados ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, evitando assim empréstimos desequilibrados e a evasão de divisas, resultados das imposições neoliberais praticadas por essas organizações. O NBD atualmente se encontra exercendo seu plano de tornar-se líder no “fornecimento de soluções de desenvolvimento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para os países do sul global” (BARROS, 2023).

Fica claro, portanto, que o Banco do BRICS seria uma ótima oportunidade para o Brasil buscar empréstimos visando à complexificação de sua estrutura produtiva e à redução de desigualdades, em suma, trabalhar pelo seu desenvolvimento. É interessante, a partir dessa perspectiva, analisar quais foram os maiores empréstimos brasileiros aprovados pelo NDB e, portanto, quais foram os resultados e os impactos sociais e econômicos desses projetos

Dos três primeiros, dois foram realizados no contexto da pandemia mundial de COVID-19. O primeiro desembolsou US\$1 bilhão em 2020, destinado a auxílios emergenciais para a população e à promoção de medidas de distanciamento social. Esses auxílios foram de grande importância para a subsistência da população de baixa renda, a mais afetada economicamente e sanitariamente pela epidemia. No entanto, o conjunto de medidas tomadas pelo governo à época foi mais do que insuficiente para evitar a crise econômica e impedir a catástrofe sanitária. O desemprego atingiu uma alta histórica e acentuou-se o cenário de desigualdade social. O PIB brasileiro teve um crescimento menor do que o de outros 96 países, revelando que apenas a pandemia não explica sozinha a situação econômica do Brasil. Esse cenário decorreu das medidas tomadas pelo presidente da época, Jair Bolsonaro, que guiou o país na contramão das recomendações mínimas da OMS, adotando uma postura negacionista, o que resultou em

um número extremamente elevado de mortes (GUEDES, 2021).

No âmbito mais geral do BRICS, poderia ter havido cooperações técnicas entre os membros, transferências de tecnologia para a área de saúde, ou até mesmo a elaboração de um plano em conjunto para reforçar o combate ao COVID-19. Nada disso ocorreu, não só pela postura negacionista do governo, mas também pelo discurso anti-China sustentado por Bolsonaro. A China, que lidou exemplarmente com a pandemia, foi posta de lado por um discurso fortemente ideológico. No saldo final, o maior empréstimo do Brasil no NDB serviu apenas como um paliativo frente à grave crise que se instaurou, e as oportunidades de cooperação que o BRICS oferecia foram desperdiçadas.

Seguindo nos empréstimos do NDB, o terceiro maior investimento brasileiro refere-se a um projeto visando a expansão e eficiência do Saneamento no Estado de Pernambuco (BARROS, 2023). Segundo dados do projeto correspondente, Pernambuco é a unidade federativa do país com a menor disponibilidade per capita de água (NEW DEVELOPMENT BANK, 2023) e o projeto tem como objetivo viabilizar a expansão da distribuição de água em obras conduzidas pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). No âmbito das desestatizações das empresas públicas, a Companhia Pernambucana de Saneamento Básico (COMPESA), sob o bojo do atual Plano de Aceleração Econômica do governo Lula, está em um processo avançado de privatização (MELO, 2023). Uma vez concluído esse processo, o saneamento básico de Pernambuco passaria para o controle de uma empresa privada que expandiria sua área de atuação com financiamento prévio do Estado. A empresa não teria gastos no projeto e apenas lucraria em cima do financiamento público. Parece ilógico que um investimento desse porte, que irá aumentar consideravelmente a área de atuação de uma companhia estratégica, seja entregue nas mãos da iniciativa privada após a conclusão desse projeto. O Estado arcaria com todo o custo do investimento, e o lucro iria para a empresa compradora. Além disso, seguindo a mesma lógica de funcionamento das privatizações, em que as empresas privadas visam o máximo de lucro em detrimento de uma boa qualidade no serviço, é de se esperar que o custo da água aumente e que a população venha a arcar com esse prejuízo em um cenário de aprofundamento da desigualdade social. Dessa forma, o terceiro maior projeto do Brasil no NDB seria entregue nos próximos anos para a iniciativa privada. Na prática, uma

oportunidade de reduzir as desigualdades sociais do país opera de forma a reforçar o subdesenvolvimento nacional.

O teto de gastos e a estagnação econômica

Se, por um lado, a política externa frente ao BRICS se revela ineficaz no que diz respeito ao melhor aproveitamento para o desenvolvimento social e econômico do país, por outro lado, no plano nacional, o novo teto de gastos impede ainda mais que quaisquer oportunidades sejam sequer almejadas. O novo governo Lula, descumprindo a promessa de campanha (reafirmada no discurso de posse) de que acabaria com o teto de gastos vigente, introduziu um novo marco fiscal (CNN, 2023), que na prática, é apenas um novo teto de gastos. Dessa vez, a nova regra fiscal é mais sustentável, prevê punições em caso de descumprimentos e, portanto, torna-se mais robusta que o teto anterior. O novo marco fiscal limita o gasto público e parte da premissa de que as contas públicas precisam ser superavitárias. Na prática, Haddad segue a cartilha de responsabilidade fiscal imposta, em maior ou menor medida, nos governos de Temer e Bolsonaro. Tal premissa é contrária à possibilidade de desenvolver a economia nacional por meio dos gastos estatais e limita institucionalmente como esse gasto deve ser feito. De acordo com Cunha e Miebach, nessa nova regra fiscal, “o teto prevê limitar o crescimento das despesas a 70% da expansão das receitas nos doze meses anteriores, fixando, também, uma banda de flutuação para as variações no gasto: um piso de + 0,6% e um teto de +2.5%” (CUNHA; MIEBACH, 2023). O novo teto de Haddad funcionará como uma verdadeira camisa de força da austeridade para a economia nacional. Se esse mesmo teto tivesse sido implantado nos primeiros governos Lula e no primeiro governo Dilma, teria gerado uma perda de em média R\$155 bilhões por ano (CUNHA; MIEBACH, 2023). Apenas a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sofreu um bloqueio de R\$116 milhões neste ano de 2023, afetando diretamente a bolsa de estudantes das universidades públicas (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

A partir desse contexto, é difícil imaginar como o Brasil conseguiria aproveitar as potencialidades que o BRICS tem para oferecer. Prova disso, é como ainda no governo Bolsonaro, Paulo Guedes, Ministro da Economia, já anunciava a impossibilidade do pagamento da dívida bilionária com o NBD devido ao teto de gastos vigente na

1. ACCEITEC. “Quase 1 mês depois de ter prorrogado mais uma vez a liquidação da #CEITEC, a previsão orçamentária do MCTI para a #CEITEC em 2024 é menor que a apresentada no PLOA de 2023, o que torna bem difícil reativar as atividades da empresa. Isso mostra que o Brasil ainda não está dando a correta relevância ao setor de semicondutores, comportamento oposto ao dos BRICS. Por exemplo Índia US\$ 30 Bi, Rússia US\$ 38 Bi e China US\$ 140 Bi. Apenas Brasil e África do Sul ainda não anunciaram quanto pretendem investir. A inércia em retirar a #CEITEC da liquidação está em contradição também com as diversas manifestações dadas pelo governo desde o início do ano (A própria ministra do MCTI, Luciana Santos, declarou no seu discurso de posse que a decisão de liquidação da #CEITEC seria revertida e que essa questão seria uma das prioridades da pasta), contudo nem a antiga gestão ainda foi substituída. A permanência no estado de liquidação impede investimentos, prospecção de mercado e novas contratações. É necessário sair imediatamente da liquidação para colocar a empresa no rumo. A #ACCEITEC tem trabalhado muito e colaborado para traçar rotas robustas que sustentem as atividades da empresa durante sua retomada, porém não lhe é permitido participar das discussões e (continua)

época. Em caso de não pagamento, o Brasil corria o risco de perder o direito a voto no banco, além de perder a oportunidade de novos empréstimos (FERNANDES, 2023).

Além dos empréstimos, o Brasil teria excelentes oportunidades de transferências tecnológicas visando o crescimento do seu parque industrial e desenvolvimento econômico ao explorar o potencial de suas relações com outros membros do BRICS. A China, hoje, por exemplo, desponta na tecnologia de trens de alta velocidade e, de acordo com relatório desenvolvido pelo Banco Mundial em 2019, a quilometragem ferroviária de alta velocidade chinesa ultrapassa a quilometragem do resto do mundo somada (BRASIL 2 CHINA, 2022). O Brasil, que possui uma grande carência em sua rede ferroviária, poderia se beneficiar de acordos traçados internamente ao BRICS e, assim como a Rússia já fez, estabelecer acordos para a transferência de tecnologia visando a promoção de ferrovias em seu próprio território, gerando milhares de empregos e aumento de renda nas comunidades locais (BRASIL 2 CHINA, 2022). Diante da precarização do sistema ferroviário brasileiro, um projeto que reunisse a China e o Brasil para a ampliação do setor ferroviário do país, é inviabilizado uma vez que com o teto de gastos qualquer projeto desse porte seria completamente inviável.

Outro setor de extrema importância para as economias emergentes é o crescente setor de semicondutores, isto é, a indústria de microchips. Atualmente, a China e os Estados Unidos atravessam uma “guerra” comercial na disputa pelo domínio desse setor. Com as novas restrições impostas pelos estadunidenses às importações chinesas de chips, a soberania chinesa na fabricação doméstica dessa tecnologia se tornou uma prioridade para o país nos próximos anos (GOLDMAN, 2020). O investimento da China no setor de semicondutores está na casa dos US\$140 bilhões. Ainda nesse cenário, a Índia anunciou investimento de US\$30 bilhões, acompanhada da Rússia, com um investimento de US\$38 bilhões. Dos atuais países membros do BRICS, apenas o Brasil e a África do Sul não anunciaram, até o momento, alguma pretensão de investimento¹. O Brasil possui a única fabricante de chips da América Latina, a CEITEC (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada) que está em processo de liquidação. A fabricante está correndo o risco de ser desativada, uma vez que recebe cada vez menos orçamento do governo federal, seus funcionários são exonerados e suas operações paralisadas (MENDES, 2023). O Brasil indo de contramão a tendência dos países dos BRICS, ignora a possibilidade de se firmar como um produtor de semicondutores

apresentar diretamente ao governo os estudos que ela mesma elabora. O Brasil necessita de inserção no mercado de semicondutores, não para competir com os grandes players internacionais, mas como parte de uma nova política de industrialização do país, para que possamos desenvolver o parque tecnológico brasileiro". 01 de Setembro de 2023. Twitter: @acceitec. Acesso em dia 24 de Outubro de 2023.

estrategicamente posicionado no continente e perde a possibilidade de conquistar sua soberania tecnológica em um mercado altamente disputado. Novamente, o investimento nessa área é completamente impedido pelo teto de gastos, e mais uma oportunidade é sacrificada em nome das contas públicas.

A derrocada final

Tais fatos revelam a incapacidade econômica do Brasil de prover seu próprio desenvolvimento e demonstram a continuidade histórica da dependência econômica nacional. Mesmo em um cenário propício para propor novas iniciativas junto ao BRICS, o que se vê é um mar de oportunidades perdidas e mal aproveitadas ao lado do aprofundamento da estagnação econômica e da manutenção da posição periférica que o país ocupa.

O cenário brasileiro é de todo desanimador. As direções econômicas do país apontam para uma estagnação profunda e a continuidade da manutenção da dependência política e econômica. O BRICS oferece oportunidades que, se devidamente aproveitadas, poderiam proporcionar para o país um cenário mais favorável de impulso econômico. Na prática, essas oportunidades não são devidamente utilizadas e têm se mostrado insuficientes para alcançar os objetivos propostos pelo próprio grupo. A realidade tem mostrado o aprofundamento de relações desiguais com os países desenvolvidos. A China, que é o maior parceiro comercial do Brasil, possui uma típica relação centro-periferia com o país. Enquanto a China importa produtos primários oriundo do setor agro-exportador, o Brasil importa os produtos manufaturados chineses (GARCIA, 2023). Essa relação não está em vias de ser alterada.

Atualmente, o Brasil passa por um processo de crescimento do setor primário em relação ao setor industrial no total do PIB do país. Essa manutenção das dinâmicas produtivas mina a soberania brasileira e entrega os rumos da economia nacional aos interesses contrários ao desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades sociais. Com a expansão dos países membros do BRICS, é de se esperar que a única oportunidade a ser aproveitada pelo Brasil seja a oportunidade de continuar vendendo para os antigos e novos membros, seu petróleo, seu ferro, sua carne e sua soja.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Capes tem bloqueio de R\$ 116 milhões; organizações estão preocupadas. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-10/capes-tem-bloqueio-de-r-116-milhoes-organizacoes-estao-preocupadas> >. Acesso em: 24 out. 2023.

BARROS, Renan Santos de. New Development Bank: o Banco do BRICS tem gerado resultados concretos para o Brasil?. 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35121> Acesso em 24 out. 2023

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Aumento da economia dos BRICS na economia mundial é tema de debate na Innovation Week. Publicado em 04, out. 2023, 14:40. Acesso em : 24 out. 2023.

BRASIL 2 CHINA. China lidera desenvolvimento ferroviário de alta velocidade no mundo. Disponível em: < <https://china2brazil.com.br/china-lidera-trem-de-alta-velocidade/> >. Acesso em: 24 out. 2023.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: EdUnB, 2011 (4ª Edição).

CNN. Lula chama Teto de Gastos de estupidez em discurso de posse: “Vamos revogar”. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-chama-teto-de-gastos-de-estupidez-em-discurso-de-posse-vamos-revogar/> >. Acesso em: 24 out. 2023.

CUNHA, André Moreira & MIEBACH, Alessandro Donadio. O teto de gastos de Haddad e a armadilha da estagnação. Sul21, 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2023/04/o-teto-de-gastos-de-haddad-e-a-armadilha-da-estagnacao-por-andre-moreira-cunha-e-alessandro-donadio-miebach/> Acesso em: 24, out. 2023

FERNANDES, Adriana. Não é só banco do Brics: Brasil deixa de pagar R\$ 2,5 bi a órgãos multilaterais. CNN, 07 de Janeiro de 2021 Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/pais-deve-r-2-5-bi-a-orgaos-multilaterais/> >. Acesso em: 24 out. 2023.

GARCIA, Ana Saggiaro. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. Revista Tempo do Mundo, [S.L.], n. 22, p. 149-174, 18 jun. 2020. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/rtm22art7>. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/240> . Acesso em: 01 abr.

Referências

2023.

GOLDMAN, D. P. Huawei sanctions will destroy US chip industry. Asia Times. 04 de Setembro de 2020. Disponível em: < <https://asiatimes.com/2020/09/huawei-sanctions-will-destroy-us-chip-industry/> >. Acesso em: 24 out. 2023.

GONZÁLEZ, Carol Triana. La creación del nuevo banco de desarrollo de los BRICS. Desafíos y potencialidades. Revista Cubana de Economía Internacional, Cuba, Nº2, p. 61-72, jun, 2015.

GUEDES, Octavio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. G1. São Paulo, 24 de Abril, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml> >. Acesso em: 24, out. 2023.

HOLANDA, Marianna. Lula tira Correios, EBC e outras empresas do programa de privatização. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de Aril de 2013. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/lula-tira-correios-ebc-e-outras-empresas-do-programa-de-privatizacao.shtml#:~:text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula> >. Acesso em: 24 out. 2023.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. A questão social no projeto do BRICS. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 23, n. 7, p. 2133-2146, jul. 2018. FapUNIFESP(SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.09072018> . Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n7/2133-2146/> . Acesso em: 24, out. 2023.

MELO, J. Raquel Lyra faz contratação de projeto ao BNDES visando “privatização” da Compesa. Jornal do Comércio, Recife, 2023. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/08/15572107-raquel-lyra-faz-contratacao-de-projeto-ao-bndes-visando-privatizacao-da-compesa.html> >. Acesso em: 24 out. 2023.

MENDES, L. Única fabricante de chips da América Latina, Ceitec está perto da extinção. 2021. Poder 360. 18 de Junho de 2021. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/governo/unica-fabricante-de-chips-da-america-latina-ceitec-esta-perto-da-extincao/> >. Acesso em: 24 out. 2023.

Referências

PAIXÃO, Mayara. Cem dias do Itamaraty sob Lula têm reconstrução de pontes e prioridades errantes. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de Abril de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/cem-dias-do-itamaraty-sob-lula-tem-reconstrucao-de-pontes-e-prioridades-errantes.shtml> Acesso em: 24 out. 2023.